



Hingel (E) reuniu-se com o reitor da USP, Roberto Leal Lobo, e fez críticas ao projeto dos Ciacs

MEC não interfere em mensalidade

São Paulo — O Ministério da Educação não vai intervir na fixação das mensalidades pelas escolas particulares para o próximo ano. O ministro Murilo Hingel, que se reuniu ontem com o Conselho Universitário da USP, disse que o ministério está tentando negociar com as mantenedoras e convencê-las de que vale a pena praticar preços mais realistas para se evitar o esvaziamento das escolas. Paralelamente, está sendo estudada a formação de um grupo de trabalho com a participação de representantes do governo, dos pais, estudantes e donos de escolas para revisar a atual legislação.

Hingel afirmou que a questão é delicada, porque dentro das leis de mercado as instituições podem cobrar o preço que quiserem. "O Ministério deve intervir somente quando houver abuso". São considerados abusos a cartelização, como o uso de contratos padrões, a utilização de índices ilegais nos reajustes e a não apresentação de planilhas de custos. Ele acha que pelo fato de a educação ser um serviço público, "não é possível haver liberdade absoluta". Segundo o ministro, as instituições têm que apresentar contrapartida aos créditos educativos dados pelo governo. "É possível o ensino com custo mais baixo", afirmou.

Na exposição para o Conselho Universitário, Hingel criticou a forma de elaboração e a mentalidade dos Ciacs. Segundo ele, havia uma preocupação maior com a questão arquitetônica, o que ele chamou de "metodologia da argamassa armada", do que com a adequação dos projetos educacionais às características regionais. "Os Ciacs não vão apenas trocar de nome, mas sim mudar de sentido". O ministro disse que espera concluir 300 Ciacs no próximo ano, sendo 50 em São Paulo. O secretário da Educação, Fernando Morais, elogiou a medida, e disse que está havendo "bom senso" no ministério.